

**“NÃO DEVO FALAR EM ALEMÃO”:
OS EFEITOS DE SENTIDO
DA INTERDIÇÃO DA LÍNGUA ALEMÃ NO ESTADO NOVO
(1937 A 1945)**

Luciana Vargas Ronsani (UFMS)
luronsani@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo refletir sobre a memória da imigração alemã, tomada como memória discursiva, a qual se constitui de discursos na e sobre a língua praticada pelos sujeitos descendentes de imigrantes alemães no Brasil. Para tal estudo, buscou-se analisar os efeitos de sentido da interdição da língua alemã no período do Estado Novo (1937 a 1945). Entende-se que cada sujeito tem o direito de falar na língua que lhe permite interpretar e significar os fatos e as coisas e na língua que lhe permite manifestar-se como sujeito falante. Nesse sentido, através das análises, entende-se que o sujeito descendente de imigrantes alemães se significa como afetado pelo silêncio imposto por políticas de interdições e por uma fronteira (escola) que delimita seu dizer em alemão e em português.

Palavras-chave:

Interdição linguística. Política linguística. Preconceito linguístico. Direitos linguísticos.

1. Considerações iniciais

Este tem como principal objetivo refletir sobre a memória da imigração alemã, tomada como memória discursiva, a qual se constitui de discursos na e sobre a língua praticada pelos sujeitos descendentes de imigrantes alemães no Brasil. Pesquisar essa memória implica, mais especificamente, “considerar elementos de língua e de discurso que se encontram inscritos no imaginário social sob o registro da chamada memória oral, estudado enquanto memória discursiva, isto é, formação discursiva” (PAYER, 2006, p. 18).

Os descendentes de alemães, do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, constituem-se, como tantos outros descendentes, pelas condições sócio históricas da Ditadura Militar no período conhecido como Estado Novo, cujo comando esteve nas mãos de Getúlio Vargas (1937 a 1945). Nesse sentido, analisaremos como a memória de tal ditadura constitui o discurso de uma moradora da vila Santa Catarina.

Essa vila, situada no interior da cidade de Salvador das Missões, é formada predominantemente por descendentes de colonizadores alemães.

Nossa proposta é, pois, analisar um trecho de uma entrevista, realizada com uma descendente de imigrantes, e compreender como ela significa sua origem, sua descendência e suas línguas e como se significa enquanto sujeito constituído por uma memória de dizeres da interdição linguística, memória esta que o silêncio também faz parte e produz efeitos de sentidos.

2. *Alguns aspectos da história da colonização alemã no RS*

A vinda dos imigrantes alemães para o Brasil teve início nas primeiras décadas do século XIX. Conforme Roche (1969, p. 2), “o Governo Imperial Brasileiro sempre considerou a imigração indispensável à exploração do País”. Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Brasil ainda no reinado de D. Pedro I. Estabeleceram-se no Sudeste e Sul do País, onde, a partir de 1824, fundou-se a colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

A alta natalidade permitiu que os alemães conquistassem e explorassem mais terras gaúchas, chegando ao Noroeste do Estado em 1902 (ROCHE, 1969). Em Serro Azul, atual Cerro Largo, foi fundada, nos últimos anos do século XIX, uma colônia de imigrantes alemães, e dela foram se desmembrando várias outras, como Salvador das Missões.



http://www.macamp.com.br/CidadesC/RS-cerrolargo_i.htm

Na atual Salvador das Missões, há um pequeno povoado denominado Vila Santa Catarina, local onde a maioria das pessoas ainda carregam traços identitários da descendência alemã.

Nos festejos, reuniões familiares, conversas nas ruas e nos falares propriamente ditos, é que percebemos um dos traços da descendência alemã: a língua. Ela ainda faz parte da identidade destes sujeitos, principalmente dos mais velhos.

Nas regiões de colonização alemã, existia uma série de associações, fundadas por grupos de imigrantes alemães, que seus descendentes mantinham (CAMPOS, 2006, p. 17). Segundo a autora (*Ibidem*), “eram sociedades culturais ou de recreação – ginástica, canto e tiro – e educacionais, que mantinham diversas escolas em funcionamento”. Nas escolas, a língua que as crianças chegavam falando era o alemão, por ser a língua familiar e a única praticada pela maioria dos descendentes.

2.1. O Estado Novo e a campanha de nacionalização

Com a ascensão de Vargas à presidência e a instauração do Estado Novo, em meados da década de 1930, as línguas ditas “estrangeiras” foram fortemente coibidas. A campanha de nacionalização visava a “modificar sua prática e adotar a língua nacional” (CAMPOS, 2006, p.17).

Entretanto, conforme nos explica Campos,

os textos de descendentes de imigrantes, em geral, não respeitavam as pretensões governamentais, porque a maioria dos grupos ainda permanecia ligada social, cultural e emocionalmente ao país de origem, persistindo no uso da língua materna. Outros grupos, apesar das tentativas de uso da língua nacional em suas práticas cotidianas, não conseguiam expressar sentimentos e emoções íntimas em português. (CAMPOS, 2004, p. 18)

Em uma tal “política de integração”, dentre as práticas atingidas pelas campanhas nacionalistas, o ensino primário foi alvo de maior atenção. O argumento dado pelo governo da época (1937) foi o de iniciar a obra de nacionalização pela infância, para garantir no futuro as bases econômicas e ideológicas da consciência nacional (PAYER, 2006, p. 92).

Dessa forma, os sujeitos passaram a conviver com formas de silêncio (ORLANDI, 2007), justificadas pelo processo de interdição da língua alemã, no Estado Novo. Para Orlandi (2007, p. 61), “não se trata, aqui, de falar do silêncio da imagem, do silêncio da paisagem ou do mar. Nós nos propomos a falar do silêncio que significa em si mesmo. Com ou sem palavras, esse silêncio rege os processos de significação”. Ainda, segundo a autora (*ibidem*), seu significado não é simplesmente o não dito para significar, mas sim o próprio significante.

A língua alemã que os moradores da Vila Santa Catarina falam é uma língua predominantemente oral, visto que desde a II Guerra Mundial, com a ênfase e a obrigatoriedade na aprendizagem da língua nacional (português), como vimos, o registro escrito caiu em desuso.

O contexto de difusão do idioma nacional é marcado por uma política de nacionalização imposta pelo Presidente Getúlio Vargas, “cujas ações de repressão e controle incidiram diretamente nas práticas linguísticas da população das colônias” (PARCIANELLO, 2011, p. 12). A função de modificar o *status* de uma língua é do Estado e das instituições e órgãos que o representam como um todo (STURZA, s/d).

O discurso nacionalista representou para o Estado uma unidade política, social e cultural no Brasil, entretanto, sabemos que na prática a situação vivenciada pelos imigrantes foi diferente. A fronteira imposta através da escola, a qual funciona/funcionou como “aparelho ideológico do Estado” proibindo as línguas “estrangeiras”, limitava apenas imaginariamente a língua do outro, pois sabemos que, naquela época, as línguas passaram por um processo de interdição/silenciamento, mas elas não foram completamente apagadas, pois alguns sujeitos resistem, e como veremos na análise,

também e sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa) (PÉCHEUX, 1997, p. 316-317).

Nesse sentido, a campanha de nacionalização, das décadas de 1930 e 1940, provocou mudanças na relação dos sujeitos com as línguas que falavam.

Como citamos, um dos “aparelhos ideológicos do Estado” usado para proibir a circulação da língua alemã e reproduzir a língua nacional – o português – foi a escola. Conforme Althusser,

Eles não se confundem com o aparelho (regressivo) do Estado. Lembremos que, na teoria marxista, o aparelho de estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a política, os tribunais, as prisões etc., que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho do Estado em questão “funciona através da violência” – ao menos em situações limites (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas). (ALTHUSSER, 1985, p. 69)

Entendemos que os “aparelhos ideológicos do Estado” funcionam/

constituem-se de forma ideológica, ou seja, unifica a sua diversidade. A escola, na Era Vargas, funcionou como aparelho ideológico do Estado no sentido de homogeneização linguística em prol de uma ideologia dominante.

Por não termos acesso ao decreto que cita a proibição da língua alemã, nosso interesse na pesquisa, apresentamos o recorte feito por Parciannelo (2011, p. 46) de um texto de Eni Orlandi:

Decreto-lei n. 406 de maio de 1938

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino de línguas vivas.

1. As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.
2. Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.
3. Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

A interdição da língua alemã, na escola, fez com que vários alunos deixassem de falar a língua dos pais e avós. Este acontecimento é justificado pela política de nacionalização do Governo Vargas exposta no Decreto acima. Dessa forma, o fato de os alunos não conseguirem comunicar-se por meio da língua portuguesa, ou de não a compreenderem era totalmente desconsiderado (PARCIANELLO, 2011, p. 47).

O Estado, na tentativa desta homogeneização linguística, e, conseqüentemente, de reproduzir sua ideologia, tentou “salvaguardar e garantir a unidade nacional” (*Ibidem*). A autora ainda afirma que na enunciação o sujeito se marca pela sua história, e sua história se constrói, dentre outros elementos, na língua e pela língua.

Para Frosi,

a língua é o símbolo por excelência da etnicidade... apresenta-se como um vínculo precioso pelo qual se expressam a paternidade, o patrimônio e a fenomenologia. É em si mesma um bem valioso, por ela se faz a transmissão dos elementos culturais relevantes, dos usos e costumes do grupo étnico, da prática dos ritos etc. (FROSI, 2010, p. 34)

A língua é valiosa, no sentido de pertencimento. Dessa forma, os descendentes de alemães são constituídos por outra ideologia, a “não dominante”, a que “sobrevive” à interdição imposta pelo Estado, pois os descendentes, por ainda se significarem em língua alemã, aludem à ideia de que a língua não foi apagada, mas sim, silenciada. Neste sentido, a língua não morre para o sujeito, mas constitui a memória (da língua). (PAYER, 2006)

O processo de nacionalização do século XIX, com o governo Vargas, teve como consequência o surgimento de uma língua estrangeira “aos olhos do Estado”. Segundo Payer,

Não foi apenas nesse contexto histórico e em função da guerra que as línguas dos imigrantes foram silenciadas, já que se trata da história de uma sociedade nacional. Encontramos registros históricos, já no início do século XX, de projetos especiais de educação feitos pelo Estado para as áreas de imigração, lidando com o bilinguismo e visando à nacionalização dos Assim, se por um lado, as línguas dos imigrantes foram de fato interpretadas como línguas de outros Estados presentes no território brasileiro, constituindo suposta ameaça, e sendo, como tal, interditadas vigorosamente no contexto da segunda guerra, por outro lado este episódio serviu também com um argumento para a nacionalização que já se encontrava em curso, saturando no imaginário social a explicação da proibição das línguas estrangeiras no país.⁵⁸

A língua alemã nas escolas, no período do Pós-Nacionalismo, regressa como língua estrangeira para o currículo escolar em 1961, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com efeito, conforme nos explica Payer,

Se a língua nacional – expressamente designada e administrada como elemento de soberania nacional – passa a comparecer enquanto elemento a atestar a brasilidade do imigrante, é enquanto cidadão de uma nação que ele é chamado a se inscrever nessa língua. (PAYER, 2006, p. 100)

Assim, a nacionalização do ensino de português e da interdição das línguas dos imigrantes funciona como uma medida política de instauração do monolinguismo. Porém, esta medida não anula a língua dos sujeitos imigrantes, pois ela os constitui.

Guimarães (2002), recorrendo à análise do discurso, nos explica que o “sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdcurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que

⁵⁸ Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaOnicePayer.pdf>>.

se estrutura pelo esquecimento que já se significa” (ORLANDI, 1999, *apud* GUIMARÃES, 2002, p. 14). Nesse sentido, analisaremos um trecho de uma entrevista, realizada com uma descendente de imigrantes, a fim de tentar compreender como ela significa sua origem, sua descendência e suas línguas e como se significa enquanto sujeito constituído por uma memória de dizeres da interdição linguística.

3. Um gesto de análise

Partindo do pressuposto de que o discurso não é redutível a uma frase, nem ao texto enquanto organização linguística. É materialidade simbólica (ORLANDI, 1998), analisaremos um trecho da entrevista realizada com uma moradora da Vila Santa Catarina, que tem 51 anos de idade, é filha de descendentes de alemães, e hoje, trabalha em um mercado localizado na Vila.

Quando perguntada sobre qual língua falava na infância, no ambiente familiar e qual falava na escola, a entrevistada respondeu:

Desde pequena eu falo o alemão, porque quando eu comecei a ir na aula, daí eu ficava perto da minha prima que sabia algumas palavras em português, e daí nós não devia falar o alemão, daí... era assim: quem falava o alemão ganhava castigo... e tinha que escrever no caderno: não devo falar em alemão... encher uma página, vinte linha⁵⁹.

Na primeira parte de sua fala “desde pequena eu falo o alemão” podemos dizer que a entrevistada tem como língua materna o alemão. Neste caso, é possível identificar que o alemão, segundo a formação sócio histórica da Vila Santa Catarina, é a língua do intrafamiliar, a língua de comunicação do lugar, a língua que identifica a moradora como inscrita na formação discursiva “uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 42).

Em um segundo momento, a entrevistada nos relata que sentava perto de sua prima, para possivelmente ter alguém ao seu lado que soubesse “algumas palavras” em português, já que, a entrevistada não entendia nada.

Dessa forma, observamos que nem a sua prima, também habitante

⁵⁹ Transcrição original da fala

do lugar, sabia falar o português da Escola, apenas “algumas palavras”, como se elas bastassem para dar segurança à entrevistada nos momentos em que estava em sala de aula.

Neste caso, consideraremos outra formação discursiva, a que tenta inscrever a prima e a entrevistada na condição de estudantes, pois o discurso “algumas palavras” “se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2012, p. 43). Mas, nos cabe uma pergunta: será que por ela falar apenas “algumas palavras” em português, isso não inscreveria a prima, e a própria entrevistada em apenas uma formação discursiva – a de imigrante prioritariamente, e não a de pertencente à escola. Porque se constata que não falam o português, falam apenas para inscreverem-se na formação discursiva à qual estão “assujeitadas”.

Nesse sentido, ambas quase não falam..., porém “as palavras falam com outras palavras. Toda a palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes que se alojam na memória” (ORLANDI, 2012, p. 43).

Aferimos que, por elas estarem inscritas em uma única formação discursiva, elas sofreram com a interdição que o Estado impôs aos falantes da língua alemã. Ou seja, no contexto do Estado Novo, se não se fala português, não se pertence ao Brasil. O Estado, nesse caso, silencia a língua alemã.

Mas antes de considerar as formas de silenciar a língua alemã, vamos analisar as últimas frases do trecho selecionado. “Porque quem falava o alemão ganhava castigo”. Aqui, “castigo” pode significar a interdição da língua através de atitudes humilhantes. Falar em alemão, na época, seria como falar errado, a língua não é aceita pelo Estado brasileiro. A nacionalização da língua portuguesa está muito bem representada pela palavra “castigo”.

A moradora da colônia se sente obrigada a dizer em português, para não ser castigada. A repressão está claramente representada pela figura do professor. É ele, a autoridade, que significa a força do Estado, e está ali para ensinar o idioma nacional, o português.

Na última frase, “e tinha que escrever no caderno: não devo falar em alemão... encher uma página, vinte linha”, podemos identificar que a língua, “em seu modo específico de inscrição histórica e de existência

material, consiste, pela memória discursiva que a acompanha, de um material inseparável do sujeito que ela constitui” (PAYER, 2006, p. 12). A entrevistada faz significar uma “memória de sentidos que fazem parte não apenas do nosso, mas também do seu modo de significar” (*Ibidem*). Seria como aprisioná-los, através da repetição “umas vinte linha”.

Não dever falar em alemão é um modo de silenciar sua origem, sua identidade, sua memória de imigrante alemã. Assim, o “sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2012, p. 42).

Para a moradora da Vila Santa Catarina, descendente de imigrantes alemães, escrever em português seria uma forma de adquirir uma língua que não é sua, pois, “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas *tiram* seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (*Ibidem*).

Também, podemos considerar que na escola “o funcionamento da memória histórica que, materializada na linguagem, encontra-se inscrita simultaneamente em uma história ampla de conflito” (PAYER, 2006, p. 13) entre Estado e sujeitos descendentes de alemães. Assim, o fato de não poder escrever em alemão causa estranheza a quem está acostumado a se significar nesta língua.

A outra língua, que para nós é o português, a que não é a da entrevistada, parece ser mais valorizada no ambiente escolar. O alemão passa a ser outra vez silenciado, esquecido, interdito naquele momento em que ela escrevia “não devo falar em alemão”. Dessa forma, “no processo de aprendizagem da língua, no desempenho da escrita de textos, na prática discursiva através da qual vai esse sujeito *falho* inscrever-se nas práticas sociais e históricas” (PAYER, 2006, p. 16).

Nosso primeiro olhar sobre as palavras da moradora da Vila Santa Catarina, evidencia que está em funcionamento uma memória, tratada como interdiscurso, definido

como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, p. 31, 2012)

Na análise que fizemos tudo já foi dito, a interdição da língua alemã já está ali, já foi dada, todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes tem um efeito sobre o que o enunciado da moradora diz (ORLANDI, 2012). Para a autora (2012, p. 32), “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”.

Dessa maneira, a entrevistada é “sujeito de e é sujeito à” (ORLANDI, 2012, p. 49). É sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não se submeter à língua – a portuguesa, a língua do Estado – e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (*Ibidem*)

A língua alemã, nesse sentido, “guarda um lugar na constituição do sujeito de linguagem, como língua “apagada” mesmo, e a partir deste lugar, no sujeito e na história, produz os seus efeitos de sentido”

Assim,

aspectos constitutivos da relação entre sujeito e a língua materna – silenciada – e a língua nacional, em que este se inscreve juridicamente como cidadão, vêm sendo estudados quanto a suas implicações na prática de linguagem e nos processos históricos de constituição do sujeito de linguagem (BOLOGNINI; PAYER, 2005).

A interdição das línguas dos imigrantes tem sido abordada, entre outras direções, como um fato discursivo da ordem do “silenciamento” (ORLANDI, 1997), da memória e do esquecimento da língua e, conseqüentemente, da chamada identidade cultural, em sua relação com o processo de nacionalização (BOLOGNINI; PAYER, 2005)⁶⁰.

4. Considerações finais

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão), como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência) (ORLANDI, 1997). Conforme a autora,

⁶⁰ Disponível em:

http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem11pdf/sm11ss06_04.pdf.

quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o “pensamento”, a introspecção, a contemplação etc. O nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isto se expressa pela urgência do dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano (ORLANDI, 1997, p. 37).

Dessa forma, analisar o funcionamento político do silêncio é perceber quais os efeitos de sentidos causados pela interdição da língua alemã, os quais tentaremos expor em outro momento. Para Orlandi (2007, p. 14), o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.

Entendemos que cada sujeito tem o direito de falar na língua que lhe faz interpretar e significar os fatos e as coisas e na língua que lhe significa como sujeito falante. O Estado, no entanto, por meio de seus aparelhos ideológicos, tais como a escola e as demais instituições (ALTHUSSER, 1992), não asseguraram, durante o Estado Novo, este direito aos imigrantes. Neste sentido, o sujeito descendente de imigrantes alemães se significa como afetado pelo silêncio imposto e por uma fronteira que delimita seu dizer em alemão e em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2, p. 42-46, abr./jun.2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a20v57n2.pdf>>.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas*: proibição do falar alemão e resistência no Sul do Brasil. 1998. Campinas: UNICAMP, 2006.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FROSI, Vitalina; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Gisele Olivia. Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. *Estigma*. Cultura e Atitudes Linguísticas. Caxias do Sul: EducS, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. São Paulo: Pon-

tes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. O próprio da análise de discurso. *Escritos*, n. 3: Discurso e Política. Campinas: UNICAMP/LABEURB, 1998, p. 17-22. Disponível em:

<<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>>. Acesso em: 04-06-2013

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PARCIANELLO, Juciane. *O dizer na e sobre a língua de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e a fronteira enunciativa*. 2001. – Dissertação de mestrado. UFSM, Santa Maria.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Bethânia S. Mariani *et al.* Campinas: UNICAMP, 1997.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua*. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

STURZA, Eliana Rosa. *Políticas linguísticas e políticas universitárias: pesquisa, ensino e extensão*. Disponível em:

<http://celu.edu.ar/images/stories/pdf/coloquios/5_coloquio/Políticas_linguísticas_e_políticas_universitárias_Sturza.pdf>.